

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 5 DIFUSIÓN DE LOS ARCHIVOS Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florencia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Difusión de los Archivos y Cooperación internacional

Coordinador: Ramón Alberch i Fugueras (España)

Relator: Román Lescano (Argentina)

Marcelo A. Chaves (Brasil)

Difusão nos arquivos: difundir o quê.----- pág. 5

Francisco Sávio Da Silva, Marcílio Herculano da Costa, Jefferson Fernandes Dantas, Rosilene Agapito da Silva Llarena (Brasil):

Produtos e serviços informacionais: análise das páginas web dos Arquivos

Nacionais dos países efetivos do MERCOSUL.----- pág. 21

Víctor Barranco, Eliseo Gabriel Queijo (Uruguay):

La vigencia de los aportes archivísticos del profesor Aurelio Tanodi

a la Archivología Uruguaya.----- pág. 36

Tito Gustavo Villanueva, Verónica Lencinas (Argentina):

Joyas del cielo austral: fotografías de galaxias del Dr. José Luis Sersic.----- pág. 51

Lidia B. Duarte, Elizabeth Duarte (Paraguay):

Tesoros del patrimonio documental de Paraguay: el caso de los Archivos.----- pág. 65

Suellen Alves de Melo, Yara Maria dos Santos Andrade (Brasil):

Análise de sites de arquivos nacionais: um panorama dos países

participantes do congresso de arquivologia do MERCOSUL.----- pág. 78

Viviana Civitillo, Esteban Chiaradia (Paraguay):

Paraguay en "Filo". Hacia la construcción de una bibliografía y de

un catálogo de referencia.----- pág. 93

Bianca da Costa Maia Lopes, Eliezer Pires da Silva (Brasil):

Contributos da User Experience para a difusão de acervos arquivísticos:

uma análise da base de dados SIAN.----- pág. 109

Cristiano Cavalheiro Lutz, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil):

Descrição e difusão no acervo de plantas de arquitetura e engenharia

das fortalezas do século XVIII na ilha de Florianópolis.----- pág. 124

Luz María Jiménez Molotla (México):

La difusión de los acervos documentales de la Universidad Nacional

Autónoma de México.----- pág. 133

Víctor David Vera (Colombia):

El poder de las alianzas. Archivos visibles y la cooperación internacional

como apuesta para la consolidación de la paz en Colombia.----- pág. 139

Renato Crivelli, M. Leandra Bizello (Brasil): <i>Formação da memória social: o papel das instituições arquivísticas brasileiras.</i> -----	pág. 142
Isabelle da Rocha Brandão Castellini, João Marcus Figueiredo Assis (Brasil): <i>Arquivos na justiça do trabalho. Perspectivas a partir do encontro nacional da memória da justiça do trabalho.</i> -----	pág. 157
José I. Fernández Pérez (Chile): <i>Destrucción de patrimonio documental: los documentos sobrevivientes del Archivo del Ministerio del Interior al bombardeo del Palacio de La Moneda (11 de septiembre 1973).</i> -----	pág. 171
Caroline Buiz Cobas Costas (Brasil): <i>Preservar a Memória dos Negros em Ambientes Digitais.</i> -----	pág. 181

DESCRIÇÃO E DIFUSÃO NO ACERVO DE PLANTAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DAS FORTALEZAS DO SÉCULO XVIII NA ILHA DE FLORIANÓPOLIS

Cristiano Cavalheiro Lutz¹

Rosanara Pacheco Urbanetto²

Resumo: O presente trabalho está baseado no arranjo e na descrição arquivística das plantas de arquitetura e engenharia das fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Neste sentido, surge o questionamento: como o arranjo e a descrição arquivística podem contribuir para a difusão e para o acesso aos documentos de arquitetura e engenharia das Fortalezas, sob a custódia da UFSC? A pesquisa buscará analisar o impacto da implantação de políticas de arranjo e descrição na difusão e acesso aos documentos das Fortalezas de Santa Catarina. A pesquisa baseia-se em métodos de investigação de um estudo de caso do tipo descritivo. A metodologia de análise de dados aplicada tem uma abordagem qualitativa, não sendo definida por instrumentos, mas pela construção do conhecimento, por meio de abordagens empíricas. Este estudo encontra-se atualmente na fase de pesquisa bibliográfica para subsidiar a construção de um instrumento descritivo o qual é o objetivo principal deste projeto.

Palavras-chave: Arquivologia; Arranjo; Descrição; Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A zona litorânea do Estado de Santa Catarina possui um patrimônio cultural de magnitude ampla. As fortificações militares do século XVIII ganham destaque entre os componentes mais importantes de natureza arquitetônica. Em 1979, a redescoberta das fortificações como patrimônio cultural do Estado e do Brasil se confundiu com a própria história da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, quando esta assumiu definitivamente a guarda e a manutenção da Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim. A partir de 1989, a UFSC, em cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criou e coordenou o “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos na História Brasileira”, passando a gerenciar também as Fortalezas de Santo Antônio, na Ilha de Ratones Grande, e de São José da Ponta Grossa. Sob a tutela da UFSC, as fortalezas converteram-se em polo de produção e difusão de conhecimento, cultura e lazer.

¹Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; cristianolutz@gmail.com

²Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; rosanaraurbanetto@gmail.com

O presente trabalho está baseado na descrição arquivística das plantas de arquitetura e engenharia das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. São aproximadamente 500 documentos, os quais foram produzidos pela UFSC, entre 1989 e 1992. Neste sentido, surge o questionamento: como o arranjo e a descrição arquivística podem contribuir para a difusão e para o acesso aos documentos de arquitetura e engenharia da Fortaleza de Santa Cruz, da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, da Fortaleza de Santo Antônio e da Fortaleza de Araçatuba, sob a custódia da UFSC? A pesquisa buscará analisar o impacto da implantação de políticas de arranjo e descrição na difusão e acesso aos documentos das Fortalezas de Santa Catarina. Sendo assim, as ações a serem tomadas para o alcance deste objetivo são: 1) realizar um estudo sobre a história dos monumentos de estudo; 2) estudar o contexto de produção do patrimônio documental das Fortalezas; 3) averiguar as condições de arranjo e conservação dos documentos que compõem os acervos das Fortalezas; 4) produzir um inventário baseado na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) para o acervo das Fortalezas; e, 5) realizar a difusão do instrumento de pesquisa produzido. Neste trabalho, somente os resultados dos três primeiros objetivos serão apresentados, permanecendo os dois últimos para um futuro próximo, quando o produto final da dissertação deste autor.

2 BREVE HISTÓRICO DAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

Historicamente, a Ilha de Santa Catarina se destaca entre as primeiras cidades do litoral sul do Brasil a sofrer processo de ocupação. Segundo Veiga (1998), a causa desta ocupação reside, em grande parte, na importância da Ilha como ponto estratégico militar, sendo que a cidade de Desterro, atual Florianópolis, foi um importante ponto de apoio no caminho para a Região do Rio da Prata, à época da colonização.

Neste contexto, crescia a importância da Ilha de Santa Catarina para a proteção do litoral meridional do Continente. Como solução para a defesa deste território, a Coroa Portuguesa considerou conveniente fortificar o litoral catarinense. Conforme Uchôa (1992), frente à situação, a Coroa enviou, em 1739, o respeitadíssimo engenheiro militar, Brigadeiro José da Silva Paes, com a incumbência de estabelecer uma fortificação capaz de defender a Ilha, estrategicamente situada a caminho da Colônia de Sacramento.

Conforme Veiga (1998), as quatro primeiras fortalezas construídas em Santa Catarina foram projetadas por Paes, sendo que as três primeiras formavam um sistema triangular de defesa. Face à multiplicidade de portos de desembarque que a Ilha oferecia, foram inicialmente escolhidos três

pontos ao norte que, distantes de 4 a 6km entre si, visavam, por meio de um sistema de fogos cruzados, impedir a entrada de invasores pela Baía Norte. Assim, como citado por Uchôa (1992), foram construídas a Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim; o Forte de São José da Ponta Grossa, no extremo oeste da Praia de Jurerê; e o Forte de Santo Antônio, na Ilha de Ratonas Grande. Além desses, para defender a entrada da Baía Sul, foi construída a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba.

Veiga (1998) ainda afirma que a Fortaleza de Santa Cruz (1739 a 1744) foi a primeira e talvez a mais importante fortificação construída em Santa Catarina. Seus imponentes edifícios estão distribuídos na pequena Ilha de Anhatomirim, de aproximadamente 45.000 metros quadrados, toda contornada por costões, destacando-se uma pequena praia na sua face oeste. Conforme a mesma autora (1998: 26), “sem dúvida, a Fortaleza de Anhatomirim se destaca entre as demais fortalezas catarinenses por se tratar do maior conjunto de arquitetura militar do sul do país.

Em 1740, surge o Forte de São José da Ponta Grossa, ao norte da Ilha de Santa Catarina, objetivando consolidar o método do fogo cruzado desenvolvido pelo estrategista militar europeu, Vauban, já no século XVII. Conforme Veiga (1998), o forte localiza-se numa posição privilegiada, possuindo excelente visão da Baía Norte, estando numa ponta entre duas praias, Jurerê e Balneário Daniela. Apesar de estar em ruínas, apresenta uma arquitetura rica em elementos construtivos.

Para fechar o sistema triangular de defesa da entrada da barra norte, Silva Paes projetou e construiu o Forte de Santo Antônio, na Ilha de Ratonas Grande, também em 1740. Veiga (1998) explica tratar-se de uma construção linear, voltada para o mar, possuindo dois quarteis de oficiais – as maiores construções existentes na Ilha de Santa Catarina.

Para a defesa do extremo sul da Ilha de Santa Catarina, Silva Paes idealizou seu último projeto para fortes no Estado – a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba. Esta domina a entrada da Baía Sul e também a praia de Araçatuba.

Com relação à técnica construtiva e à feição arquitetônica, Veiga (1998: 3) sustenta que “as fortalezas brasileiras, em geral erguidas nos séculos XVII e XVIII, são perpetuadoras distantes de tradições renascentistas, cujas intenções plásticas e princípios arquitetônicos nos chegaram através dos colonizadores portugueses”. Veiga (1998: 15) ainda afirma que estes monumentos vão se apresentar dentro de uma mesma linguagem plástico-arquitetônica, haja visto terem sido idealizados por engenheiros e arquitetos formados em escolas militares europeias.

Veiga (1998: 56) afirma que além da importância arquitetônica, as fortificações são monumentos importantes para o estudo da arquitetura militar no Brasil. Neste sentido, Veiga (1998:

12) afirma que a produção documental das plantas de arquitetura e engenharia das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina “tem especial valor não somente histórico como evocativo e cultural”.

Apesar da imponência das construções, críticas foram comumente dirigidas aos fortes catarinenses pelos viajantes que estiveram no litoral sul do país entre 1719 e 1822. Neste contexto, é importante ressaltar a narrativa de Krusenstern, quando da sua estada em Santa Catarina, no ano de 1802. Refere-se ele às fortalezas que pretendiam proteger o canal entre a ilha e o continente

três fortalezas insignificantes, chamadas Ponta Grossa, no lado oeste de Santa Catarina, Santa Cruz, na ilha de “Atomery”, e um pequeno forte de nove canhões na ilha de Ratonés. Mas, destes nove canhões, três somente estavam em condições de operar. A fortaleza de Santa Cruz é a mais importante, [...] tivemos oportunidade de vistoriá-la (Veiga, 1998: 11 - 12).

O início da recuperação de todo esse patrimônio arquitetônico, legado da presença portuguesa no sul do Brasil, deu-se em 1969. Nessa época, o IPHAN, com o apoio do Departamento Autônomo de Turismo de SC – DEATUR e da Prefeitura Municipal de Florianópolis, restaurou integralmente o Forte Santana, cedido mais tarde em regime de comodato à Polícia Militar, que o transformou no Museu Major Lara Ribas, inaugurado em 1975 (Machado, 1994).

Em 1979, em convênio com o Ministério da Marinha e com o IPHAN, a UFSC assumiu formalmente a guarda e a tutela de Anhatomirim e sua fortaleza. Em 1989, surge o “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos na História Brasileira, objetivando complementar o restauro da Fortaleza de Santa Cruz, recuperar os fortes de São José da Ponta Grossa e de Santo Antônio e consolidar as ruínas da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Machado, 1994).

3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E ARQUIVOLOGIA

O patrimônio edificado é considerado o patrimônio cultural material que, segundo o conceito do Governo Brasileiro³, engloba conjuntos arquitetônicos. Segundo o IPHAN,

As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Patrimônio Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e

³ <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>

municípios, e da sociedade civil (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], *n.d.*).

A memória é também um patrimônio, mesmo que seja de maneira diferente dos conjuntos arquitetônicos, pois se trata de um patrimônio cultural imaterial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) conceitua patrimônio imaterial com as seguintes palavras:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], *n.d.*).

Neste sentido, as Fortalezas de Santa Catarina podem ser elencadas tanto como patrimônio material – com as fortificações e ruínas destas – quanto como patrimônio imaterial – a partir da representação da época e contexto em que foram construídas.

O consenso da Conferência de Atenas, em 1931, foi que não há produção de afeto sobre aquilo que não se conhece (IPHAN, *n.d.*). O Turismo, por exemplo, oportuniza identificar a construção da memória e da identidade coletiva por meio de um patrimônio. Pardi (*n.d.*, p. 308) afirma que “é necessário que seja dada oportunidade ao cidadão à sua memória, ao resgate e (re)construção de sua identidade, sobretudo em um país mestiço cuja característica nacional é a diversidade”. É preciso, portanto, estimular o conhecimento e o reconhecimento dos patrimônios culturais que cercam uma sociedade, e isso se faz dentro de arquivos, bibliotecas, museus e demais entidades. Nesta perspectiva, faz-se interessante abordar alguns conceitos da Arquivologia, tais como os de *arquivo*, *arranjo*, *descrição* e *difusão*.

Segundo Alves (1993: 7), arquivo é um “conjunto orgânico de documentos, independente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado”. O Arquivo Nacional usa o nome “documento arquivístico” para descrever um arquivo, e o conceitua como um “documento em qualquer forma ou suporte, produzido ou recebido e mantido por uma organização ou pessoa no curso de negócios ou atividades” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008: 13). Portanto, as plantas de arquitetura e engenharia das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina podem ser conceituadas como arquivos e/ou documentos arquivísticos, uma vez que foram recebidos pela UFSC e são mantidos em salvaguarda pela Universidade.

O termo arranjo refere-se à ordenação do arquivo e sua descrição depois de recolhido para guarda permanente. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), o arranjo é definido como uma “sequência de operações intelectuais que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecidos” (Arquivo Nacional, 2005: 37).

Em relação ao arranjo das planas de arquitetura e engenharia das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, salienta-se que estas se encontram acondicionadas em tubos de PVC (policloreto de vinil), alocadas nos respectivos fortes de origem e disponíveis ao público em geral. Contudo, devido ao volume dos documentos e sua fragilidade material, este acesso pode ser prejudicial à preservação deste patrimônio.

A descrição pode ser vista como o elemento de ligação entre o(s) arquivo(s) e usuário(s), sendo que apresenta e contextualiza o arquivo àquele que o acessa, disponibilizando procedência, data de elaboração, características gerais, dentre outras informações importantes a serem descritas. Para o Arquivo Nacional (2005: 59), a descrição consiste no “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. Para Bellotto (2006: 179), a descrição “consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Neste sentido, o mesmo autor afirma que a descrição tem por objetivo a elaboração de instrumentos de pesquisa que possam identificar, rastrear, localizar e utilizar documentos e/ou informações (Bellotto, 2004).

No caso das plantas de engenharia e arquitetura das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, a elaboração de instrumento de pesquisa – inventário – para a descrição dos referidos documentos é justamente uma das etapas desta pesquisa, a qual não será abordada neste momento, mas sim será produto da Dissertação de mestrado do autor. Contudo, para contextualizar, é possível utilizar a definição de Bellotto (2004: 197), que diz que inventário é o “instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo”. Neste caso, o conjunto documental a que se refere o trabalho é o conjunto de plantas de engenharia e arquitetura das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

A normalização facilita a realização do processo de descrição, permitindo que os instrumentos de pesquisa possam ser utilizados e compreendidos universalmente. A norma que deu início ao processo de estabelecimento de padrões internacionais de arquivamento e descrição foi a *General International Archival Description – ISAD(G)*, publicada em 1994 e revisada em 2000. No Brasil, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) publicou, em 2006, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). O objetivo da criação da NOBRADE

foi adaptar as normas internacionais à realidade brasileira, ou seja, o estabelecimento de diretrizes para descrição de arquivos no Brasil, compatível com as normas internacionais, com vistas a difundir o conhecimento arquivado e “facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” (Arquivo Nacional, 2006).

A difusão, segundo o Dicionário Houaiss (2009), pode ser considerada a “divulgação (de culturas, ideias, etc.); propagação, multiplicação”; e difuso é aquilo que “se espalha largamente por todas as direções; disseminado, divulgado abundantemente em palavras; prolixo, difuso”. Em relação a documentos arquivísticos, outra norma internacional rege as diretrizes, a Normal Internacional para Descrição de Instituições com Acervos Arquivísticos (ISDIAH), a qual apresenta regras gerais para facilitar a descrição de instituições cuja principal função é a custódia de arquivos e, conseqüentemente, sua difusão para a comunidade. No caso das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, organizar, preservar, disponibilizar e difundir o patrimônio documental arquivístico – as plantas de arquitetura e engenharia dos fortes – trata-se de preservar a história e a memória institucional, tornando possíveis pesquisas de cunho social e histórico.

4 METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em métodos de investigação de um estudo de caso, do tipo descritivo. A metodologia de análise de dados aplicada tem uma abordagem qualitativa, não sendo definida por instrumentos, mas pela construção do conhecimento, por meio de abordagens empíricas. Para atingir os objetivos propostos, a execução desta pesquisa está dividida em três etapas, sendo que a primeira contemplará os objetivos que dizem respeito ao estudo aprofundado do objeto (história e contexto), justamente do que trata este presente artigo. A segunda parte diz respeito à parte prática das políticas arquivísticas de arranjo e descrição e, por fim, a terceira se refere à comunicação – difusão – do instrumento de pesquisa produzido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a realização desse trabalho seja relevante para a comunidade, permitindo a manutenção, bem como a divulgação do valor probatório institucional e histórico dos documentos sob a custódia da UFSC. Tendo em vista as particularidades do acervo, a melhor opção de instrumento de pesquisa para sua difusão é o “inventário”, por descrever, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento, de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica, que poderá refletir ou não na disposição física dos documentos.

Dessa forma, este estudo encontra-se na fase de produção bibliográfica, e o produto final será um “Inventário para o Acervo de Plantas de Arquitetura e Engenharia das Fortalezas de Santa Cruz, de São José da Ponta Grossa, de Santo Antônio e de Araçatuba”, que será publicado eletronicamente e empregado como ferramenta de divulgação do acervo dentro de uma política de difusão.

REFERÊNCIAS

Alves, I. (Org.) (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: I.B.N.E.

Arquivo Nacional. (2005) *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

_____. (2006). *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Brasil. Portal Brasil. (n.d.). *Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais*. Recuperado em 17 de maio, 2017, de <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>.

Conselho Internacional de Arquivos – CIA. (2008). *ISDF: Norma internacional para descrição de funções* [recurso eletrônico]. Tradutor Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Recuperado em 17 de maio, 2017, de <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/ISDF%20ATUAL.pdf>.

Houaiss, A. (2009). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (n.d.). *Conjuntos urbanos tombados: cidades históricas*. Recuperado em 17 de maio, 2017, de <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>.

_____. (n.d.) *Patrimônio imaterial*. Recuperado em 17 de maio, 2017, de <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.

_____. (n.d.). *Carta de Atenas*. Recuperado em 17 de maio, 2017, de <http://portal.iphan.gov.br>.

Machado, R. M. M. (1994). *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária.

Pardi, M. L. F. (n.d.). *A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo* [recurso eletrônico]. Revista do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional. Recuperado em 17 de maio, 2017, de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Arqueologico_e_o_Turismo.pdf.

Uchôa, C. E. (1992). *Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo*. Florianópolis: Imprensa Universitária.

Veiga, E. V. (1998). *As fortificações catarinenses no Brasil colonial: introdução ao seu estudo*. Florianópolis: Imprensa Universitária.